
Artigo Científico

Percepção de risco e cognição: reflexão sobre a sociedade de risco

Perception of risk and cognition: reflection on the society of risk

Marli B. M. de Albuquerque Navarro[✉] e Telma Abdalla de Oliveira Cardoso

Núcleo de Biossegurança, Vice Presidência de Serviços de Referência e Ambiente,
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

Os estudos sobre percepção de risco têm crescido para apoiar várias análises elaboradas por diversos campos do conhecimento. Discutem-se hoje os fenômenos da chamada segunda modernidade, ou também como denominada por Ulrich Beck, a "modernidade reflexiva", onde consideramos que a partir de novos contextos reflexivos gerados pelos impactos da perspectiva do risco, novos padrões cognitivos estão se delineando para nortear tomadas de decisões, abrangendo desde as mais amplas no âmbito dos governos as mais cotidianas da vida dos indivíduos. © Ciências & Cognição 2005; Vol. 06: 67-72.

Palavras-chave: percepção de risco; sociedade de risco; risco; cognição.

Abstract

The studies on risk perception have grown to support some analyses elaborated for diverse fields of the knowledge. The second modernity is today argued the phenomena of the call, or also as called for Ulrich Beck, "reflexive modernity", where we consider that from new reflective contexts generated by the impacts of the perspective of the risk, new cognitive standards are if delineating to guide taken of decision-making enclosing since the amplest in the government scope and the most quotidian of the fellow's life. © Ciências & Cognição 2005; Vol. 06: 67-72.

Key Words: *perception of risk; society of risk; risk; cognition.*

Introdução

Os estudos relacionados à percepção de risco apresentam-se hoje, como fundamentais para a criação de indicadores utilizados em vários campos do conhecimento, em especial no campo da

saúde pública, visando a construção de instrumentos capazes de subsidiar estratégias direcionadas a formulação de prioridades políticas e institucionais. Assim, estes estudos pretendem avaliar os riscos inerentes ao desempenho das atividades e do processo da vida humana, relacionando-os com o

[✉] – M. B. de A. Navarro é Doutora em História da Ciência (FIOCRUZ). Atua como Pesquisadora do Núcleo de Biossegurança da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Endereço para contato: Fundação Oswaldo Cruz, Núcleo de Biosegurança. Av. Brasil, 4036, Salas 715/16, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ 21.040-361, Brasil. Telefone/Fax: +55 (21) 2590-5988. E-mail: mnavarro@fiocruz.br.

ambiente.

A objetividade que se pretende dar aos indicadores geralmente compromete a importância do processo cognitivo que elabora a percepção de risco, fenômeno que se processa com a concorrência da autopercepção que por sua vez está integrada a um determinado contexto coletivo que abrange a perspectiva comportamental, associada também aos fatores pessoais relacionados à capacidade da formulação cognitiva, aos aspectos afetivos e biológicos e as possibilidades de leitura e de interação com o ambiente externo. Assim, enfrentar ou não situações, observando nelas a perspectiva do risco, dependerá do contexto que posiciona o indivíduo em um determinado lugar, ou seja, sua inserção em um dado evento (cotidiano ou esporádico), da função que ocupa o indivíduo em determinado espaço social, dos aspectos culturais, da personalidade, da história de vida, das características pessoais e das pressões e/ou demandas do ambiente.

Influenciados por um sistema de valores, os indivíduos tendem a construir uma auto-imagem e a consolidar o que pensam ser um determinado potencial humano, baseando-se neste sentimento para promoverem auto-avaliações para se exporem ou não a riscos.

Também é preciso enfatizar que um risco toma forma através de diferentes atores do campo científico, administrativo, político, social, apreendendo, tratando, instrumentalizando o que se apresenta como risco.

Na França, por exemplo, o reconhecimento pelas autoridades médicas e sanitárias dos riscos de contaminação do vírus da AIDS por transfusão de sangue foi notadamente tardio, comparando-a com as políticas adotadas pela Grã-Bretanha e a Suécia no sentido do controle das transfusões. O atraso verificado na França deveu-se, em especial ao processo de enfraquecimento da saúde pública e da medicina preventiva, verificada na época, em favor da expansão da medicina curativa fortemente incentivada pelos projetos de “industrialização dos procedimentos médicos”. Assim, a AIDS e outras doenças ficaram por muito tempo no

âmbito dos critérios estabelecidos pelo campo médico como uma doença que os próprios médicos não sabiam cuidar ou propor esquemas práticos para tratamento ou contenção da evolução da doença, fato que retardou o monitoramento da qualidade do sangue utilizado nas transfusões, ficando por muito tempo a seleção dos doadores sendo efetuada através de entrevistas. Para superar este problema, seria necessário o estabelecimento de testes de triagem para formulação de uma política de prevenção considerando como fundamental as recomendações de controle de risco tanto para a população como para os profissionais da área de saúde.

Percebemos também que uma das dificuldades relativas ao reconhecimento e ao tratamento do perigo difuso é a ausência de atores que se declarem proprietários ou vítimas potenciais desses perigos, através de processos cognitivos. Esta ausência significa o relaxamento de observações precisas das situações de perigo fazendo com que elas não se inscrevam num campo de competências bem definidas, causando a dispersão de interesses e prerrogativas para análises bem pontuadas capazes de transformar as situações difusas de perigo em riscos definidos. A propriedade do risco leva a configuração de contextos que indicam a sua apropriação, definindo cenários, atores e organizações diversas, congregando adeptos que aceleram as pressões para o monitoramento dos riscos, tais como, associações, segmentos sociais diversos, representantes de instâncias políticas e administrativas, instituições e cientistas.

Esta dimensão vinculada à percepção de risco carrou o tema para as ciências sociais e para o campo da psicologia social, creditando aos estudos a importância da polissemia do termo risco, abrindo assim, as possibilidades de abordagens múltiplas e complementares nas análises de percepção de risco e conseqüentes avaliações, considerando a configuração de processos mentais identificados com os riscos, incluídos na realidade da construção da chamada sociedade de risco, na qual vivemos hoje, que por sua vez tem parte de seu lastro na

apropriação da ciência pelos projetos econômicos de grande dimensão, em nome do progresso e do desenvolvimento material das sociedades, configurada mais vigorosamente na etapa atual da modernidade, que reflete as insuficiências e as antinomias do processo histórico das revoluções industriais e suas estratégias de acumulação de riqueza, tais como a realidade dos riscos globais, compreendendo os ecológicos, os ambientais, os políticos, os econômicos e os sociais francamente associados.

Sociedade de risco

“No sentido de uma teoria social e de um diagnóstico de cultura, o conceito de sociedade de risco designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial.” (Beck, 1997:17)

Para Ulrich Beck, o processo de industrialização é indissociável do processo de produção de riscos, uma vez que uma das principais conseqüências do desenvolvimento científico industrial é a exposição dos indivíduos a riscos e a inúmeras modalidades de contaminação nunca observados anteriormente, constituindo-se em ameaças para as pessoas e para o meio ambiente. Portanto os riscos acompanham a distribuição dos bens, decorrentes da industrialização e do desenvolvimento de novas tecnologias. Estes riscos foram gerados sem que a produção de novos conhecimentos fosse capaz de trazer a certeza de que estes riscos diminuiriam ou seriam passíveis de controle e monitoramento eficazes. Esta certeza nos controles favorecidos pela ciência e pela tecnologia teve sua base na modernidade clássica onde os riscos eram compreendidos como fixos e restritos a determinados contextos localizados, e mesmo que atingissem à coletividade, estes seriam frutos do desenvolvimento de novas tecnologias. Já na sociedade de risco, os riscos ultrapassariam os limites temporal e territorial, e seriam produtos dos excessos da produção industrial

(Castiel, 2001). O diferencial se refere ao papel da tecnologia na própria configuração do risco, deslocando o foco da ordem para a dúvida. São os avanços tecnológicos que, ao ampliarem o domínio do conhecimento e da visibilidade, ampliam igualmente o domínio da incerteza.

A complexidade que hoje está situada na problemática do risco envolve, sobretudo, a distribuição dos riscos o que exige o posicionamento constante da sociedade no sentido da elaboração freqüente de escolhas, o que vem tornando as ações cotidianas, antes voluntárias e mais motivadas pelo desejo e pela afetividade, por processos cognitivos, que devem abalizar tais escolhas. Como exemplo da complexidade das dúvidas cotidianas podemos citar: os riscos do consumo de alimentos geneticamente modificados ou dos alimentos contaminados por agrotóxicos; a confiança no elo de fidelidade com o parceiro ou não diante das doenças sexualmente transmissíveis, em especial, a AIDS; a insegurança pública. Estas incertezas geram sofisticados processos cognitivos, envolvendo objetividades e subjetividades, motivados pela perspectiva do risco, com os quais lidamos todos os dias.

A sociedade industrial construiu um arcabouço ideológico que legitimou a concretização do acúmulo de conhecimento e de tecnologias impactantes como meios para realizar um mundo mais igualitário. Esses meios, fundamentados na ciência e na tecnologia (sem a total observância da perspectiva da precaução), seriam capazes de prover o mundo de abundância, diminuir e/ou controlar a escassez e a fome, as calamidades naturais, as pandemias, etc. Considerava-se que os problemas econômicos eram exclusivos das ciências econômicas, que os problemas de saúde pública eram próprios das ciências da saúde, que os problemas sociais eram específicos das ciências sociais e das iniciativas assistencialistas para consolidar a modernidade e administrar os riscos. Com o fenômeno da “globalização” nos defrontamos com o desafio da formulação do pensar baseado na complexidade nos fazendo considerar diversas vertentes que configuram

a realidade dinâmica dos fenômenos. Somos contemporâneos de uma variedade de riscos globais com importantes dimensões pessoais.

Beck, ao considerar a consolidação da sociedade de risco, afirma que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais estão escapando do controle dos mecanismos criados pelas instituições organizadas para manter a proteção da sociedade. Dentro do conceito de sociedade de risco de Beck, Giddens e Lash (1995), o indivíduo torna-se um ser reflexivo, que confrontado com suas próprias ações, começa a refletir e estabelecer críticas racionais sobre si, das conseqüências de fatos passados, as condições atuais e a probabilidade de possíveis riscos futuros, torna-se um tema e um problema para si mesmo. Com isto “o risco se constitui em uma forma presente de descrever o futuro sob o pressuposto de que se pode decidir qual o futuro desejável” como afirma Castiel (2003:83).

A prevenção de riscos geralmente se apóia na idéia de que os indivíduos possuem a capacidade de vigiar e de antecipar a ocorrência de eventos indesejáveis. Já a gestão coletiva de risco, formula análises e instrumentos capazes de lidar com “prováveis ocorrências de enfermidades, anomalias, comportamentos desviados a serem minimizados e comportamentos saudáveis a serem maximizados” (Rabinow, 1999:145).

A *Organisation for Economic Cooperation and Development* (OECD, 2003), órgão internacional e intergovernamental que reúne os países mais industrializados, cujos representantes se reúnem para trocar informações e alinhar políticas com o objetivo de potencializar seu crescimento econômico e colaborar com o desenvolvimento de todos os demais países membros, elaborou o documento sobre o tema “Riscos Emergentes no Século XXI”. O documento aponta que no século XXI os países serão confrontados com vastas ameaças, algumas de custo e importância potenciais sem precedentes. Tais ameaças vão desde o “mega-terrorismo” e as “novas doenças infecciosas, à destruição de cidades inteiras por terremoto. Aprontar-se

para a eventualidade de catástrofes de tamanha importância supõe planejamento e coordenação altamente complexos, não só ao nível do governo como também entre governos e indústrias, e entre governos. Os países da OCDE temem que sua capacidade de enfrentar os “mega-riscos” seja, sob alguns aspectos importantes, inadaptada.” (OCDE, 2003). O documento salienta ainda que “o Programa Internacional da OCDE para o futuro está acabando o exame dos desafios que ameaçam o modo de gerenciar os riscos sistêmicos importantes”, sublinhando que:

“os últimos anos testemunharam uma multidão de catástrofes de grande escala e de natureza diversa no mundo inteiro: tempestades e inundações extremamente prejudiciais na Europa bem como tempestades de gelo no Canadá; novas doenças contaminando ambos os humanos (Aids, vírus Ebola) e os animais (Encefalopatia Espongiforme dos Bovinos – EEB); ataques terroristas tais como o atentado de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos e o ataque com gás Sarin no Japão; importantes disfuncionamentos nas infraestruturas vitais causados por vírus de computador ou por simples falha técnica. Estes não passam de meros exemplos de desastres altamente custosos que ocorreram nos anos precedentes. Não somente a natureza dos riscos parece estar mudando, mas também o contexto no qual estes aparecem, e a capacidade da sociedade em gerenciá-los. As forças que provocam estas mudanças são muitas e diversas. Por exemplo, as condições climáticas aparecem como sendo cada vez mais extremas. A densidade populacional nos centros urbanos e a concentração da atividade econômica em certas regiões estão aumentando, tornando estas áreas

mais vulneráveis. A globalização sob todos os aspectos – econômico, tecnológico, cultural, ambiental – está crescendo rapidamente e ampliando a interdependência, de tal modo que vírus perigosos, poluentes e falhas técnicas tenham mais facilidade em se espalharem. De igual importância, as fronteiras da descoberta científica e da inovação tecnológica estão conhecendo expansão excepcionalmente rápida, a sociedade sendo assim confrontada com efeitos desconhecidos (e difíceis de conhecer), e por conseguinte com escolhas extremamente difíceis”. (OCDE, 2003).

Conclusão

Uma problemática que desejamos focalizar são os constantes equívocos decorrentes da compreensão do tratamento do risco encerrado em si mesmo, pois é imperativo que se diga, que os riscos adquirem reposicionamentos e recomposições a partir do desenvolvimento das dinâmicas que os estabelece, modificando sua importância, sua percepção e sua gestão. O processo cognitivo que transforma o perigo difuso em risco definido, constrói igualmente possibilidades para que os riscos possam ser discutidos como suportes de mobilização para importantes conquistas sociais e legais. Utilizando ainda o exemplo da AIDS, a organização civil dos portadores do HIV vem sendo importante para que as autoridades científicas e políticas implementem ações concretas no sentido do reconhecimento do risco e de seu controle, favorecendo a adoção de políticas públicas e ações assistenciais que vem contribuindo para garantir o direito à assistência médica e farmacêutica, reforçando também estratégias educativas no sentido da prevenção, assim como a ampliação da informação para neutralizar a exclusão dos indivíduos e a estigmatização da doença. Estas iniciativas podem contribuir para

estimular adoção de elementos que separam o risco em termos objetivos da dimensão subjetiva que pode adquirir sua percepção.

Para Beck (2001) é fundamental o estabelecimento da distinção entre o risco e a percepção do risco. Tal procedimento analítico presta-se a compreensão do risco enquanto orientação de certa objetividade, enquanto a percepção de risco admite plenamente a subjetividade, colocando em termos relativos os sentimentos expressados, pois estes certamente são compostos com as fantasias individuais sobre os perigos do mundo.

Chevitarese e Pedro (2005) destacam que um dos importantes argumentos de Beck é sua compreensão de que uma percepção “distorcida” dos riscos pode fazer com que o sujeito, ao invés de ser capaz de identificar os riscos do mundo, passe a ver o mundo como um risco – em especial, um risco de terror – tornando-se, conseqüentemente, inapto para a ação, pois:

*“Quem olhar o mundo como um **risco** de terror, torna-se incapaz de agir. É esta a primeira armadilha armada pelos terroristas. A segunda: a manipulação política da percepção do **risco** de terrorismo desencadeia a necessidade de segurança, que suprime a liberdade e a democracia. Justamente as coisas que constituem a superioridade da modernidade. Se nos confrontarmos com a escolha entre liberdade e sobrevivência será já demasiado tarde, pois a maioria das pessoas escolherá situar-se contra a liberdade. O maior perigo, por isso, não é o **risco**, mas a **percepção do risco**, que liberta fantasias de perigo e antídotos para elas, roubando dessa maneira à sociedade moderna a sua liberdade de ação” (Beck, 2002:1 apud Chevitarese e Pedro, 2005)¹*

(1) BECK, Ulrich (2002): *O Estado cosmopolita - Para uma utopia realista*. Artigo disponível no endereço eletrônico www.eurozine.com, Consultado em 03/05/2004.

Estamos inseridos num contexto global. As informações sobre riscos, mesmo que possamos considerá-las difusas ou contraditórias, circulam com rapidez interferindo no nosso dia-a-dia e nas nossas tomadas de decisões, abrangendo desde das mais banais as mais complexas. O fenômeno mundial que caracteriza a sociedade de risco nos impõe novos parâmetros para concebermos aquilo que atribuímos aos nossos atos cognitivos.

Referências bibliográficas

- Beck, U. (1997). A Reinvenção da Política. Em: Giddens, A., Beck, U. & Lash, S.: (Orgs.). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. (pp.45-69). São Paulo: UNESP.
- Beck, U. (2001, 20 de novembro). A ciência é causa dos principais problemas da sociedade industrial. Entrevista concedida a Antoine Reverchon, do J. Le Monde, *Folha de São Paulo*.
- Beck, U.; Giddens, A. e Lash, S. (1995). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP.
- Castiel, L.D. (2001) A Centralidade da Regulação na Sociedade de Risco. Esterisco Home Site, FioCruz. Retirado em 23/09/05, no *World Wide Web*: <http://www.ensp.fiocruz.br/projetos/esterisco/suor6.htm>
- Castiel, L. (2003): Dédalo e os Dédalos: identidade cultural, subjetividade e os riscos à saúde. Em: Czeresnia, D. e Freitas, C. (Orgs.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões e tendências*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.
- Chevitarese, L. e Pedro, R. (2005). Risco, Poder e Tecnologia: as virtualidades de uma subjetividade pós-humana. Em: Grupo de Pesquisa Pós-Estruturalismo, Política e Construção de Identidades das UFPE/UFPB/UFAL. (Orgs.), *Anais do Seminário Internacional de Inclusão Social e as Perspectivas Pós-estruturalistas de Análise Social*. Recife: CD-ROM.
- Organisation For Economic Co-Operation And Development (2003). *Emerging Risks in the 21st Century: an Agenda for Action*. Retirado em 10/09/05, no *World Wide Web*: <http://www.oecd.org/bookshop>
- Rabinow, P. (1999). *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará.